

INTERSECCIONALIDADE E FORMAÇÃO DOCENTE: REFLEXÕES DE UMA PROFESSORA NEGRA COM DEFICIÊNCIA

Intersectionality and teacher education: reflections of a black teacher with a disability

Sara Vieira dos Santos¹

Universidade Metropolitana de Santos, Santos, SP, Brasil

Janaina Melques Fernandes²

Universidade Metropolitana de Santos, Santos, SP, Brasil

Mariangela Camba³

Universidade Metropolitana de Santos, Santos, SP, Brasil

Resumo

O relato propõe discutir os conceitos de interseccionalidade e inclusão a partir de uma pesquisa qualitativa, que utiliza a narrativa autobiográfica da autora, uma mulher negra com deficiência. Tem a finalidade de expressar a relevância da interseccionalidade no processo de conscientização e formação docente e busca contribuir para a afirmação do capacitismo como uma dimensão da interseccionalidade. Por fim, demonstra a importância da leitura interseccional nos espaços e práticas educativas, bem como da atuação de professores PcDs para a proposição de uma educação efetivamente inclusiva.

Palavras Chave: Autobiografia. Deficiência. Formação. Inclusão.

Abstract

The account proposes to discuss the concepts of intersectionality and inclusion through a qualitative research approach, using the author's autobiographical narrative. It aims to highlight the relevance of intersectionality in the process of raising awareness and teacher education, while also contributing to the recognition of ableism as a dimension of intersectionality. The account concludes by demonstrating the importance of an intersectional perspective in educational spaces and practices, as well as the critical role of teachers with disabilities in advancing truly inclusive education.

Keywords: Autobiography. Disability. Education. Inclusion.

¹Universidade Metropolitana de Santos; Licenciada em Educação Física e estudante do curso de licenciatura de Pedagogia. Estagiária na rede privada de Santos. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8627518260551813> ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6287> E-mail: sara911512@gmail.com

²Universidade Metropolitana de Santos; Professora de Educação Física da Rede Municipal de Santos e Professora do Curso de Pedagogia da UNIMES. É mestre em Educação, licenciada em Pedagogia e Educação física e artista circense. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0354772292398797> ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3605-5155> E-mail: janainamelques@hotmail.com

³Universidade Metropolitana de Santos; Docente no Programa de Mestrado Profissional em Práticas docentes da UNIMES. Coordenadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia e do Programa de Residência Pedagógica-PRP/CAPES. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6581287086616123> ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9541-1010> E-mail: marianela.camba@unimes.br

1. Introdução

O relato reflete sobre a importância da interseccionalidade na formação dos professores e suas relações com a inclusão, a partir de uma pesquisa teórica em diálogo com a narrativa autobiográfica da autora, Sara Vieira dos Santos, uma mulher negra com deficiência física que, ao passar pelo processo de formação nos cursos de licenciatura em Educação Física (2021) e Pedagogia (2024), ambas em universidades privadas da baixada santista, é apresentada a referências que orientam seu processo de conscientização, ao mesmo tempo em que se depara com os desafios estruturais que dificultam a sua inclusão.

Para tanto, o relato utiliza como fundamentação teórica as contribuições de Patricia Hill Collins (2016), Carla Akotirene (2019), Paulo Freire (1987) e Adenize Queiroz de Farias (2017), para refletir sobre os fundamentos da interseccionalidade e suas relações com a conscientização e educação. Também discute os aspectos gerais das políticas de inclusão, a partir das leis 13.146/2015 e 13.409/2016, que tratam dos direitos das pessoas com deficiência e buscam garantir a igualdade de oportunidades em diversas áreas da sociedade, inclusive na educação. O estudo reconhece a importância das políticas de inclusão, mas compreende que os direitos das pessoas com deficiência ainda não estão garantidos.

Como recurso metodológico, utiliza-se a narrativa autobiográfica da autora para a articulação entre teoria e prática, em que experiências de inclusão-exclusão, na escola e universidade, exemplificam a teoria da interseccionalidade e expressam o seu processo de conscientização a partir do estudo e leitura da realidade. Assim, a autora relaciona suas aprendizagens sobre a interseccionalidade com suas vivências pessoais e acadêmicas ao longo de sua formação.

Por meio da narrativa autobiográfica, é possível reconhecer como as diferentes formas de opressão — por raça, gênero, classe social, deficiência, entre outras — não atuam de maneira isolada, mas se entrelaçam de formas complexas, influenciando diretamente as vivências e as relações entre as pessoas (Castro e Mayorga, 2019). Dessa maneira, o relato tem a finalidade de expressar a relevância da interseccionalidade no processo de conscientização e formação docente e busca contribuir para a afirmação do capacitismo como uma dimensão da interseccionalidade.



A interseccionalidade analisa como diferentes formas de opressão e discriminação interagem e se sobrepõem, afetando de maneira única a vida de pessoas que pertencem a múltiplos grupos marginalizados. A deficiência, no contexto da interseccionalidade, ainda é pouco debatida no circuito acadêmico; por isso, esse estudo reconhece a urgência e a importância do tema.

2 Interseccionalidade e reflexões

A interseccionalidade tem sido um campo de estudo muito importante para repensar e reconstruir as práticas de combate e resistência às desigualdades sociais. Consiste em uma abordagem teórico-prática que contempla diferentes correntes críticas, articulando os estudos culturais e a crítica pós-estruturalista na leitura da realidade (Collins, 2016). Termo cunhado por Kimberlé Crenshaw nos anos 1980 (Kyrillos, 2020), foi disseminado e aprofundado por Patricia Hill Collins (2016), Carla Akotirene (2019), entre outras. O fundamento ganhou força e chegou aos bancos acadêmicos, sendo utilizado na análise e produção de novos saberes nas ciências sociais, na psicologia comunitária (Castro e Mayorga, 2019), na pesquisa qualitativa (Camilo *et al.*, 2023), bem como no campo da educação e formação de professores (Farias, 2017).

Segundo Patricia Hill Collins (2016), a interseccionalidade abrange um conjunto de fatores sociais que constroem uma identidade pessoal e impactam diretamente a relação com a sociedade, nas desigualdades, opressões e na busca por direitos.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins, 2016, p.16).

Dessa maneira, a diferença é construída para garantir a desigualdade e os privilégios de determinados grupos sociais. Nesse contexto histórico-social, muitas populações, dependendo de sua classe, raça, gênero ou deficiência, são colocadas em diferentes estruturas de exploração, condições de trabalho, relações familiares e institucionais. Ao compreender a interseccionalidade e sua dimensão global, é



possível construir caminhos para alcançar a justiça social e a igualdade de direitos para todas as pessoas.

Carla Akotirene (2019) é uma importante referência para a discussão e compreensão da interseccionalidade, especialmente no contexto sócio-histórico brasileiro. A autora entende a interseccionalidade como um sistema de diferentes opressões. Seu estudo tem como objetivo fornecer uma base teórico-metodológica para compreender a inseparabilidade estrutural entre racismo e capitalismo.

Quem articula a interseccionalidade com a temática da deficiência e inclusão é Adenize Queiroz de Farias (2017). A pesquisadora, ao discutir a deficiência como uma dimensão da interseccionalidade, mostra a importância e a urgência de sua inclusão nas pautas relacionadas à educação e à formação de professores. Segundo Farias (2017, p. 111), "Uma pessoa com deficiência física, por exemplo, é comumente impedida de exercer o direito de ir e vir, já que encontra dificuldade para ocupar determinados ambientes, pouco ou nada acessíveis diante dessa diferença".

Nessa seara, utiliza-se da interseccionalidade para fazer uma leitura crítica dos desafios vividos pelas pessoas com deficiência, destacando aspectos que historicamente têm recebido pouca atenção, como a infantilização e a superproteção das mesmas. Tais práticas desvalorizam a autonomia e a capacidade dessas pessoas, reforçando a percepção de inferioridade. Ao não serem reconhecidas como sujeitos com potencial e direitos próprios, suas vozes e experiências são frequentemente ignoradas ou desvalorizadas. Dessa forma, o capacitismo perpetua papéis sociais vitimizados e menosprezados, em que a deficiência é erroneamente associada à falta de valor ou competência, em vez de ser compreendida como uma parte natural da diversidade humana (Farias, 2017).

Por isso, as pessoas com deficiência enfrentam muito mais dificuldades para alcançar ascensão social e conseguir um emprego digno com garantia de direitos. A estrutura político-econômica-social prejudica o acesso a diferentes direitos sociais, muitas vezes tratados como mercadoria (hooks, 2013). Nesse contexto, as pessoas em situação de vulnerabilidade precisam se submeter a trabalhos precarizados para garantir sua subsistência. A partir da abordagem interseccional, reconhece-se que as mulheres negras enfrentam mais dificuldades e, se possuem alguma deficiência, o acesso a direitos se torna ainda mais distante.

A interseccionalidade tem se tornado uma das principais estratégias de conscientização e combate às desigualdades presentes no mundo atual, inclusive no



esporte. Patricia Hill Collins (2016) mostra como o futebol também é marcado por desigualdades:

O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica para examinar a Copa do Mundo da FIFA mostra como as relações de poder de raça, gênero, classe, nação e sexualidade organizam esse esporte em particular, assim como os esportes de maneira mais ampla" (Collins, 2016, p. 27).

Assim como no esporte, a interseccionalidade também fundamenta a leitura crítica da educação brasileira, uma vez que, de acordo com o artigo 205 da Constituição Federal (Brasil, 1988), a educação é um direito de todos e visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Por ser um direito de todas as pessoas, a educação deve contemplar a diversidade, a inclusão e a interação.

Há uma busca histórica pela democratização da educação em todos os seus níveis, etapas e modalidades. A superação de modelos tradicionais e autoritários é fundamental para garantir o direito à educação. Paulo Freire (1987) é uma referência primordial nessa discussão, não apenas por sua crítica ao modelo de educação bancária, na qual o professor 'deposita' conhecimento no aluno como uma transação financeira, mas também por sua práxis e militância em favor de uma educação libertadora, comprometida com a superação de todas as formas de opressão.

O estudo da interseccionalidade na formação docente é uma tarefa fundamental para a conscientização e a leitura das realidades, ações fundamentais para professoras e professores. Reconhecer as múltiplas camadas de opressão é imprescindível para criar ambientes educativos inclusivos e combater as diversas formas de opressão.

3. Políticas de inclusão e direitos das pessoas com deficiência: avanços e desafios

Ao abordar a interseccionalidade e sua relação com a inclusão social, especialmente em relação às pessoas com deficiência, é fundamental conhecer e refletir sobre as políticas de inclusão. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.146, de 2015, estabelece direitos e diretrizes fundamentais para garantir a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, incluindo o campo educacional. A



interseccionalidade, por sua vez, reconhece que as identidades e experiências das pessoas são moldadas por múltiplos fatores, como gênero, raça, classe social e deficiência. A interseção dessas identidades pode gerar camadas adicionais de desafios e discriminação, que precisam ser compreendidas e abordadas de maneira efetiva para a garantia de direitos (Akotirene, 2019).

Nesse contexto, a LBI constitui um marco regulatório fundamental para a proteção dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Destaca-se também a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que estabelece a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das universidades federais (Brasil, 2016). Embora a legislação represente um avanço significativo, ainda existem muitos desafios a serem superados para garantir o pleno acesso aos direitos das pessoas com deficiência, especialmente no campo da educação (Farias, 2017).

Apesar de a reserva de vagas ser um direito assegurado por lei, sua efetivação muitas vezes é comprometida, sendo negada por diversas justificativas. Entre os principais obstáculos estão a falta de acompanhamento adequado e a ausência de informações acessíveis sobre o processo de garantia dos direitos, o que compromete a oportunidade de pessoas com deficiência de acessar uma educação de qualidade. Vale mencionar que a definição de pessoa com deficiência está estabelecida na LBI, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

Essa definição reconhece que a deficiência não é apenas uma característica intrínseca do sujeito, mas resulta da interação entre as limitações da pessoa e as barreiras existentes na sociedade, sejam elas físicas, atitudinais, comunicacionais, entre outras. Por isso, é fundamental garantir que as pessoas com deficiência tenham a possibilidade de participar plenamente e de maneira efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas (Farias, 2017).

A LBI aborda direitos fundamentais, como os relacionados à vida, moradia, saúde e trabalho. Em seu artigo 34, estabelece que "A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo,



em igualdade de oportunidades com as demais pessoas" (Brasil, 2015). O artigo enfatiza que o ambiente de trabalho deve ser tanto acessível quanto inclusivo. Não basta contratar pessoas com deficiência para garantir a inclusão e superar as desigualdades; é necessário que as empresas e organizações reconheçam a responsabilidade de adaptar seus espaços, tecnologias e processos para atender às necessidades das pessoas com deficiência. Embora a legislação afirme que as Pessoas com Deficiência (PcDs) podem seguir qualquer carreira, essa possibilidade só se concretiza quando seus direitos são plenamente garantidos e assegurados.

O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2011, 2023) também representa um marco importante para a inclusão de PcDs na sociedade. Sua primeira versão, promulgada em 2011, foi construída com base em Conferências Nacionais e propõe um conjunto de ações estruturadas em quatro eixos: Acesso à Educação, Inclusão Social, Atenção à Saúde e Acessibilidade (Brasil, 2011). Já a versão atualizada do Plano (Brasil 2023), busca superar as desigualdades que ainda perpetuam nas diferentes regiões brasileiras, com uma política permanente de inclusão, estruturada em 4 eixos: Gestão e Participação Social, Enfrentamento ao capacitismo e à violência, Acessibilidade e Tecnologia Assistiva, Promoção do direito à educação, à assistência social e à saúde, e de outros direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Cada eixo é interdependente e articulado com as demais, formando redes de serviços e políticas públicas destinadas a garantir o acesso das pessoas com deficiência a essas políticas, considerando suas múltiplas necessidades. No entanto, apesar do Plano (Brasil, 2011) ter sido inicialmente planejado para ser implementado em um período de quatro anos, suas metas não foram atingidas no prazo (Farias, 2017).

No Brasil, existem cerca de 18,6 milhões de pessoas com deficiência com dois anos ou mais de idade, representando aproximadamente 8,9% da população. Dados do módulo "Pessoas com Deficiência" da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2022, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstram como a desigualdade se agrava no campo da educação, revelando que a taxa de analfabetismo entre pessoas com deficiência é de 19,5%, enquanto entre as pessoas sem deficiência essa taxa é de 4,1% (IBGE, 2022).

Esses dados evidenciam de forma contundente a profunda desigualdade enfrentada pelas pessoas com deficiência no campo da educação no Brasil. A taxa de



analfabetismo significativamente mais alta entre esse grupo destaca a necessidade urgente de maior conscientização e da efetivação dos direitos garantidos pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência.

4. Interseccionalidade e educação: a narrativa autobiográfica de uma mulher negra com deficiência

Como mulher negra com deficiência, estudar a interseccionalidade no processo de formação docente, foi fundamental para compreender as exclusões e silenciamentos vividos ao longo da minha jornada de estudos. Sou Sara Vieira dos Santos, tenho 23 anos e sou autora deste relato com apoio e orientação de minhas professoras na licenciatura em Pedagogia, Janaina Melques Fernandes e Mariangela Camba.

Nasci em 2001, desde então moro com meus avós em Praia Grande- SP, tenho paralisia cerebral mista (condição em que a pessoa nasce com mais de um sintoma e tipo de paralisia cerebral), no lado direito do corpo, o que me levou a enfrentar diversas lutas ao longo da minha vida. Consegui concluir os estudos na Educação Básica pela rede pública e sigo em formação para docência, licenciada em Educação Física e atualmente cursando licenciatura em Pedagogia na Universidade Metropolitana de Santos, ambas instituições privadas da baixada santista.

Uma das minhas maiores paixões é o esporte. Esse amor começou na escola municipal Vila Mirim em Praia Grande-SP, entre os anos de 2008 a 2015, onde cursei os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. As experiências vividas na infância, ao participar das aulas de Educação Física e jogos escolares, fortaleceram meu gosto e meus sonhos relacionados ao esporte e ao movimento. Sempre fui muito participativa nas aulas e comprometida com todas as atividades propostas. Por meio do esporte, aprendi grandes lições, como a importância da confiança e da determinação para superar desafios. As referências que tive também foram fundamentais, a exemplo: os professores que acreditaram em mim e na minha capacidade de me tornar o que eu quisesse. Por isso, aos nove anos de idade, decidi ser professora de Educação Física.

Entretanto, ao chegar ao Ensino Médio, no ano de 2016, em uma nova escola, comecei a vivenciar exclusões e silenciamentos em diversos momentos: nas práticas esportivas, meu corpo não preparado para os exercícios e jogos; nas apresentações



de trabalho, minha voz não era legitimada, a mim restavam tarefas secundárias, além da dificuldade de integração nos grupos da classe. Sob o discurso de cuidado e proteção por parte de estudantes e professores, fui distanciada das experiências que, para mim, eram as mais motivadoras da vida estudantil, gerando um sentimento de inferioridade, especialmente devido à deficiência. Apesar dessas dificuldades, consegui concluir o Ensino Médio. Essas experiências exemplificam a cultura capacitista presente nos espaços educacionais, que fragilizam as mulheres e as pessoas com deficiência (Farias, 2017).

Em 2018, aos 17 anos de idade, chegou o tão sonhado momento de iniciar a Licenciatura em Educação Física, um passo importante para me tornar professora. Nos primeiros semestres, aprendi muito, especialmente nas áreas pedagógicas. No entanto, à medida que os estudos práticos e específicos se intensificaram, enfrentei dificuldades de interação e cooperação com os colegas, na sua maioria, homens.

A masculinidade e sua hegemonia nas áreas de Educação Física e esporte são temas de diversos estudos (Cavallero e Vianna, 2010; Goellner, 2016; Ungheri 2022;). A relação do esporte e da força física como elementos do masculino coloca as mulheres que buscam atuar na área em situações de exclusão, desvalorização e desconfiança (Cavallero e Vianna, 2010).

Desse modo, a mulher consegue se inserir no mercado de trabalho da Educação Física, mas é vista como invasora do mundo masculino, sendo direcionada a realizar tarefas e ocupar cargos que exigem um maior envolvimento emocional e cuidado social – classificados como ‘femininos’ – como no ensino fundamental e ensino médio (Ungheri, 2022).

Em uma aula de Ginástica Geral, por exemplo, minha presença não foi marcada na lista de chamada porque não consegui executar os movimentos exigidos. Episódios como esse me fizeram questionar minha capacidade de aprender e de ser professora. Na época, por não compreender a interseccionalidade que influenciava o processo de exclusão ao longo da minha formação, atribuí essas dificuldades à minha timidez e insegurança, sem perceber o sexismo, o racismo e o capacitismo presentes nas relações acadêmicas. E nesse sentido destacar que,

Há uma parcela significativa de mulheres, sobretudo aquelas marcadas por múltiplas faces de opressão e discriminação, como é o caso da deficiência, que têm sua identidade negada, já que são os outros que pensam, que decidem, que falam e agem sobre seu corpo e sua vida (Farias, 2017, p. 115).

A partir do estudo sobre interseccionalidade passo a compreender as dificuldades pelas quais passei ao longo da minha formação. Identificar as opressões é o primeiro passo para superá-las. A leitura interseccional permite que os silenciamentos e exclusões vividos sejam coletivizados e devidamente responsabilizados. Dessa maneira reconheço que as dificuldades vividas não se refere sobre minha incapacidade de realizar, criar e movimentar, e sim da cultura capacitista que negligencia as diversas formas de estar no mundo (Farias, 2017).

Estudar sendo uma mulher negra com deficiência é um ato de resistência diária. Com o apoio dos meus avós, consegui concluir a Licenciatura em Educação Física e iniciar a graduação em Pedagogia. Reconheço a educação como um caminho para superar as desigualdades, para alcançar sonhos e utopias.

O estudo sobre mulheres negras ao longo do currículo de Pedagogia foi essencial para meu processo de conscientização e para desenvolver uma leitura crítica sobre a educação escolar e o trabalho docente. Referências como bell hooks (2013), Lélia Gonzalez (2020) e Carla Akotirene (2019) me revelaram as estruturas violentas que permeiam as relações sociais. Com elas, compreendi o racismo e as opressões que vivi por ser uma mulher negra com deficiência física. Reconhecer tais estruturas e seus efeitos, tanto na minha vida pessoal quanto na vida de outras pessoas não privilegiadas, me fortalece para continuar aprendendo e para ser uma professora que luta por uma educação inclusiva, a favor da diversidade e valorização das relações étnico-raciais.

Segundo Farias (2017), a presença de mulheres e pessoas com deficiência nas escolas regulares, nos espaços educativos e em quaisquer ambientes culturais fortalece a construção de uma sociedade inclusiva. Dessa forma, ao escrever minha história e compartilhar as aprendizagens ao longo da minha formação docente, busco também contribuir para essa construção.

Considerações finais

O relato destacou a importância da interseccionalidade na formação de professores, evidenciando a deficiência como uma dimensão dessa abordagem. Ao integrar a interseccionalidade na análise da deficiência, o estudo busca ampliar o debate sobre como diferentes formas de discriminação se entrelaçam e afetam a vida



das pessoas com deficiência, especialmente nos contextos educacionais. Por meio da narrativa autobiográfica da autora, foi possível articular a teoria interseccional à prática cotidiana, revelando o processo de conscientização e a leitura crítica da realidade.

Embora a deficiência no âmbito da interseccionalidade ainda seja um tema pouco explorado no meio acadêmico, é fundamental que essa abordagem seja incorporada na formação docente para fomentar a consciência crítica e a ampliação de espaços educacionais efetivamente inclusivos. A cultura capacitista, que enfraquece e marginaliza mulheres e pessoas com deficiência, precisa ser compreendida e combatida. A narrativa autobiográfica apresentada é um instrumento de valorização e empoderamento das pessoas com deficiência.

A interseccionalidade é um recurso analítico primordial para a formação docente, pois permite uma compreensão mais profunda das desigualdades e promove a transformação necessária para uma sociedade mais inclusiva. Ao integrar a interseccionalidade na formação de professores, podemos construir caminhos que garantam a igualdade de oportunidades e as futuras gerações acessem uma educação efetivamente inclusiva.

A deficiência no âmbito da interseccionalidade ainda é pouco abordada na academia, especialmente quando vinculada a questões de raça e gênero. Diante da falta de protagonismo de mulheres negras com deficiência nas pesquisas, na docência e em outros espaços institucionais, a narrativa autobiográfica aqui apresentada contribui para a formação de novos paradigmas e percursos formativos que incluam efetivamente as pessoas com deficiência. O acesso de crianças e jovens com deficiência à Educação Básica tem se ampliado com a LBI (Brasil, 2015). No entanto, as escolas só serão realmente inclusivas quando também forem ocupadas por professoras com deficiência.

Referências

AKOTIRENE, C.. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com



Deficiência, 2011. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/viver-sem-limite>. Acesso em: 3 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 11 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para reservar vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos e de graduação das universidades federais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 dez. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2016-2018/2016/lei/l13409.htm. Acesso em: 11 ago. 2024.

BRASIL. **Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Novo Viver Sem Limite**. Versão 2023. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/PlanoNacionaldosDireitosdaPessoaComDeficienciaNovoViverSemLimite.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2024.

CAMILO, C. et al. Cuidado em território vulnerabilizado e a covid-19: interseccionalidade e dinâmica étnica na ética do cuidado. **Cadernos Pagu** 69, Campinas, e236911, 2023. <https://www.scielo.br/j/cpa/a/VCKw8f66YdNrtWFDydxVrDr/?lang=pt> . Acesso em : 10 ago. 2024.

CASTRO, R. D., MAYORGA, C. Decolonialidade e pesquisas narrativas: contribuições para a Psicologia Comunitária. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 14(3); 2019, p. 1–18. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e3178 . Acesso em -7 ago. 2024.

CAVALEIRO M. C, Vianna C. Chutar é preciso? Masculinidades e educação física escolar. In: Knijnik JD, Zuzzi RP, org. **Meninas e meninos na educação física: gênero e corporeidade no século XXI**. Jundiaí: Fontoura; 2010. p. 137-54.

COLLINS, P. H.. Interseccionalidade Tradução de Rane Souza Jardim. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FARIAS, A. Q. **Trajetórias educacionais de mulheres: uma leitura interseccional da deficiência**. Tese (DOUTORADO EM EDUCAÇÃO) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOELLNER, S. V. Mulheres e esporte: sobre conquistas e desafios. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, Brasília, ano 2, n. 4, dez. 2012.

Publicação da Presidência da República Federativa do Brasil. **Secretaria de Políticas para as Mulheres**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por>



temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sobre/spm. Acesso em: 6 maio 2024.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual** – 3º trimestre de 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas> . Acesso em 01 jul 2024.

KYRILLOS, G. M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 1, e56509, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509>. Acesso em: 3 ago. 2024.

UNGHERI, B. O. et al. Educação física, gênero e mercado de trabalho: percepções de mulheres sobre a futura área de atuação profissional. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro v. 20, 2022, e00138172. DOI: 10.1590/1981-7746-ojs00138.